



Chrys Chrystello*

Colonialismo, combatentes e falta de respeito

Fartei-me das não-notícias, da TAP, da SATA, da suspensão dos chefes da EDP, das bacoradas do ministro do desporto, das falhas da saúde, da desvergonha dos CTT, dos confinamentos desconfinados dos turistas, dos testes e dos infetados, dos prejuízos da Atlanticoline, das estátuas e da imbecilidade do politicamente correto... é tempo de pensar e corrigir os verdadeiros males.

Há temas que alguns chamam fraturantes e eu designo como demasiado incómodos para discutir, e desde há muito tempo não discuto com ninguém futebol, descolonização ou religião. São experiências pessoais que em muito transcendem a lógica argumentativa e duma discussão dessas nunca sairia resultado útil. Dito isto e respeitando as opiniões contrárias (não disse concordando), dei-me ao trabalho de contrapor a afirmação de que a descolonização das “*províncias portuguesas*” foi catastrófica e não uma descolonização exemplar como nos querem fazer crer.

Nem uma coisa nem outra, foi a descolonização possível, fora de tempo, forçada pelos grandes interesses das potências mundiais num enorme jogo de dominó em que se manipularam os inexperientes portugueses saídos do 25 de abril para a dura tarefa de descolonizar. Não foi nem melhor nem pior do que as restantes feitas por países mais poderosos como o Reino Unido, Alemanha, França, Austrália, Bélgica,

etc. foi, certa-mente, má mas nem pior nem melhor do que as restantes. Má, atabalhoada e manipulada de fora. Os desgraçados que lá viviam foram a moeda de troca, enxovalhados ao serem chamados “retornados” e espoliados da sua vida, dos seus bens, do seu futuro, fruto do seu trabalho. Nem todos eram racistas, nem todos eram negreiros, nem todos eram salazaristas (embora muitos o fossem). Tiveram de recomeçar do nada e ficaram para sempre ressa-biados, com razão, mas a vida continua e temos de andar para a frente. Também eu fiquei impedido de regressar a Timor (e Bali) pela invasão colonial da Indonésia a 7 de dezembro de 1975 e se bem que toda a minha vida planeada, de novo, após a guerra colonial, tenha sido posta à prova, recomecei em Macau, na Austrália e, mais recentemente, Portugal.

De uma enorme devastação que os anos de guerra colonial (mesmo em Timor) me causaram e subseqüente reajustamento a novas sociedades e culturas, fiz disso uma mais-valia multicultural enriquecedora. Não consta que me ande a queixar eternamente do infortúnio. E se admito que a minha noção de patriotismo nada tenha a ver com a minha deserção quando fui amnistiado por Spínola e fui a Bali e Austrália, não entendo como o povo português continue calado e tolere a existência de mais de mil corpos de combatentes abandonados em campas rasas em Angola. Intolerável isto só

comprova a minha teoria, que nós, especialmente os oficiais milicianos, não éramos senão carne para canhão. É a falta de respeito pela memória dos mortos e estropiados que é intolerável, mas sobre ela raramente se fala. Pior estão os ex-combatente dos EUA que morrem que nem tordos nas ruas onde nem sobrevivem como sem-abrigo, com doenças e SPT (stress pós-traumático), abandonados pela sociedade que os espoliou dos melhores anos de vida em troca de uma mancha de nada. Não sigo as campanhas eleitorais pois de promessas fartas e incumpridas anda este eleitor cheio, mas não devo errar se disser que nem um se deve ter lembrado dos desgraçados dos ex-combatentes, em avançada idade como eu, ou mais velhos ainda, sem uma pensão condigna, sem acompanhamento eficaz do SPT e outras maleitas além da idade. É essa indiferença, esse esquecimento, esse desprezo por aqueles que deram os melhores anos da sua juventude que magoa e me afasta de promessas políticas de quatro em quatro anos. Assim será sempre, até ao dia em que o sol não nasceu, a chuva não caiu, a maligna carne de vaca não se comeu e em que eu (que não vendo livros) deixe de os escrever.

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício nº 297713 [Australian Journalists' Association-MEEA]

Contas da Presidência da República com parecer favorável



desempenho financeiro e orçamental e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, em conformidade com os princípios previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas”, diz o TdC.

O Tribunal de Contas diz ainda que, “apesar da prorrogação do prazo de 30 de Abril para 30 de Junho da remessa de contas ao Tribunal de Contas, devido ao estado de emergência resultante da doença covid-19, o conselho administrativo da Presidência da República aprovou por unanimidade em 29 de Abril a conta relativa ao exercício de 2019 e apresentou-a ao tribunal”.

Na auditoria realizada, “o tribunal constatou que em 2019 as receitas da Presidência da República se atingiram os cerca de 17 milhões de euros, dos quais 16,7 milhões de euros provenientes do Orçamento do Estado, a principal fonte de financiamento, 123 mil euros de receitas próprias, 57 mil euros de financiamento comunitário e 263 mil euros do saldo da gerência anterior. Por sua vez, a despesa totalizou 15,8 milhões de euros”.

No mesmo comunicado, é referido que os gastos com pessoal foram no valor de “11,1 milhões de euros” no ano de 2019 e “representaram 70,9%” do total de gastos da Presidência da República.

De acordo com o Tribunal de Con-

tas, “a Presidência acolheu totalmente diversas recomendações formuladas em anos anteriores, em matérias como a área do pessoal, a contratação pública, bens imóveis e o parque de veículos da Presidência da República”.

Por outro lado, “existem algumas recomendações acolhidas parcialmente e cuja implementação está em curso, relativas às normas e procedimentos existentes para a área dos bens culturais, à agregação num inventário único dos bens da Presidência da República e ao protocolo com o Município de Cascais sobre o Palácio da Cidadela”. Há um ano, o Tribunal de Contas formulou também um “juízo favorável” à conta da Presidência da República de 2018, após auditoria.

Na altura, o tribunal assinalou que era “a primeira vez” que emitia “um parecer sobre a conta da Presidência da República”, que tinha passado a prestar as suas contas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Nesse parecer, relativo à conta de 2018, o Tribunal de Contas recomendava à Presidência da República que completasse um inventário único dos seus bens e que implementasse um sistema eficaz de controlo de assiduidade, tendo sido informada de um projecto em curso para registo electrónico.

Cinco bombeiros feridos no combate a incêndio em Castro Verde

“O incêndio foi dominado às 02h22. Vamos agora fazer o rescaldo e ficar em vigilância, porque é uma área muito grande”, adiantou Vítor Silva.

No combate às chamas ficaram feridos cinco bombeiros. Dois bombeiros feridos com gravidade no incêndio, ambos da corporação de Cuba, foram transportados de helicóptero um para o Hospital de Santa Maria e o outro para o Hospital de São José, ambos em Lisboa.

Os outros dois bombeiros, que sofreram ferimentos ligeiros, um da corporação de Ferreira do Alentejo e outro da corporação de Castro Verde, foram ambos assistidos no local.

O quinto ferido é um bombeiro da corporação de Alvito, que foi transportado para o Serviço de Urgência Básica do Centro de Saúde de Castro Verde.

Cerca das 23h00 de Segunda-feira, o incêndio chegou a mobilizar 165 operacionais, com o apoio de 60 veículos. Durante a tarde estiveram também envolvidos três meios aéreos no combate ao incêndio.

A Estrada Nacional 2 foi cortada ao trânsito entre Castro Verde e a localidade de Carregueiro e o Itinerário Principal 2 entre a povoação de Entradas e Castro Verde, tendo ambos já reaberto ao trânsito, indicou fonte da GNR.

O Tribunal de Contas formulou um juízo favorável à conta da Presidência da República relativa ao ano de 2019, após auditoria, considerando que várias recomendações formuladas em anos anteriores foram acolhidas. “Com base na auditoria financeira realizada, o juízo do Tribunal de Contas é favorável, uma vez que as demonstrações financeiras e orçamentais apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Presidência da República, em 31 de Dezembro de 2019, bem como o seu